

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2017.** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo seu Presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e João Pedro Antunes Osório, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais: Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Ana Paula Matias, João Pedro Lopes Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Lopes Miranda e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Luís Miguel Sá Pereira e Vera Capitão Ramiro, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raúl Santiago do Céu, Paulo Duarte Sardinheiro e Maria Gabriela Coutinho, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Verificou-se a falta do Sr. Deputado Marco António da Silva, eleito pela CDU-(PCP/PEV). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como Srs. Vereadores, Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Francisco José Saturnino Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** foi a seguinte: -----

**Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

**Ponto 2** - Apreciação e votação da Dissolução com liquidação da Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, com partilha de todo o ativo e passivo. CIMLT. -----

**Ponto 3** - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2016. Município de Alpiarça.

**Ponto 4** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

**Ponto 5** - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dezassete. -----

----- **INÍCIO DA SESSÃO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início à sessão eram vinte uma horas e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes e informando quais as substituições ocorridas. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados, não se tendo verificado qualquer inscrição. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a informar quais os votos ou moções que lhe tinham chegado à Mesa, para serem discutidos e votados, após o que deu início a este período, solicitando inscrições aos Srs. Deputados que desejassem intervir. -----

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo, referiu-se às atividades da Junta de Freguesia de Alpiarça, desde a realização da última Assembleia Municipal, dizendo que têm uma atividade a que chamaram Novelos & Companhia, constituída neste momento por quatro grupos de pessoas idosas e que se dedicam à execução de vários trabalhos manuais, de forma a ocuparem o seu tempo. Mais, informou que decorrem os trabalhos de execução de um W.C. no Parque da Gouxaria. Realçou que a colocação de novos abrigos nas paragens de autocarros e de lombas, que constavam do Plano de Atividades da JF já se encontram pagos. Quanto à recuperação do Edifício Visconde Barroso, informou que as obras continuam, agora do lado do pátio interior. Referiu ainda que continuam a ajudar quase diariamente as famílias mais carenciadas e que vão proceder ao arranjo de um telhado de uma habitação onde vivem duas crianças. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, sugeriu que seria uma boa oportunidade para o Executivo, através de uma parceria, proceder à pavimentação de algumas ruas da vila com a empresa de gás natural que está a repor parte do pavimento onde foram abertas as valas para colocação de tubagem. Referiu-se ao abandono a que está votada a rua que dá acesso ao único Hotel Rural de Alpiarça, com ervas bastante altas e vários detritos nas bermas. Quanto à Barragem perguntou o ponto de situação de uma eventual candidatura para uma intervenção de fundo, para resolver de vez o problema da

eutrofização das águas. Sobre o Jardim Municipal questionou se ainda vamos a tempo de reverter este projeto, pois há muitos alpiarçenses que não concordam com a descaraterização que está a ser dada ao antigo jardim. Quanto aos Legados, afirmou que segundo o Vereador Francisco Cunha, ainda não houve resposta relativamente ao Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, nomeadamente quanto a apartamentos situados em Santo António dos Cavaleiros. Questionou acerca do Prédio de Lisboa na Av.ª de Berna se está arrendado, e informou que irá fazer uma proposta através do Vereador Francisco Cunha para que estes prédios sejam disponibilizados a custos reduzidos para estudantes de Alpiarça, do Ensino Superior. Quanto à APP do Município questionou quais são os objetivos e como se pretende divulgar, uma vez que não lhe foi possível estar na sua apresentação. Por último referiu-se a uma pessoa que continua a remexer nos caixotes do lixo e perguntou se a pessoas andarà à procura de comida ou de outros produtos e se a pessoa está referenciada e se a Câmara já tomou algumas diligências. -----

----- A Sr.ª Deputada Ana Margarida do Céu, questionou acerca da Instalação da nova Bomba de Gasolina no Intermarché, que se localiza a cerca de 50m de uma outra já existente. Afirmou também que o aspeto da Vila fica um pouco estranho e que a Câmara deveria ter mais cuidado quando autoriza este tipo de instalações. Relativamente aos lanches do pré-escolar, questionou o facto de ser dado leite achocolatado às crianças. ----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro referiu que Alpiarça é visitada por muitos forasteiros aos fins de semana, referindo-se ao Parque do Carril, Barragem e Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, e considera que deve ser um motivo de satisfação para todos nós. Referiu ainda que a Casa dos Patudos é também cada vez mais visitada e que não é raro verem-se autocarros de turistas lá parados. Quanto à obra do Jardim Municipal disse que tem ouvido boas referências relativamente a esta obra, e que tem a certeza que assim que a obra estiver concluída será outra mais valia tanto para os Alpiarçenses como para quem nos visita. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda de intervenções, não se tendo registado qualquer intervenção. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio no sentido de procurar responder às várias questões colocadas, referindo que irá deixar para os Srs. Vereadores, as questões relacionadas com os seus pelouros. -----

----- Sobre a a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Fernanda Cardigo e Presidente da Junta de Freguesia, afirmou que ficou bastante agradado com as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, apesar dos seus fracos recursos. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse que tal como foi informado pela Câmara, a empresa de gás natural Tagusgás tem vindo a realizar um conjunto vasto de trabalhos no nosso concelho e também uma outra empresa com a colocação de fibra ótica, mas sobretudo neste do gás natural tem havido realização de obras ao longo de vários quilómetros em ruas no interior do espaço urbano, sendo as empresas que procedem à reposição dos pavimentos, nas faixas intervencionadas. Concorda que há muitas ruas que se têm vindo a degradar não só pela sua idade como pelos métodos de pavimentação usados na altura e é nesse sentido que já está prevista a pavimentação em toda a largura da faixa de rodagem, em várias ruas mais degradadas da vila, estando a decorrer o processo de adjudicação. Em relação às ervas nas bermas da rua de acesso ao Hotel Rural, pensa que o assunto já está resolvido. Relativamente à Barragem dos Patudos, disse não ter muitas novidades a acrescentar, informando que ainda há cerca de um mês esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente também está a par de toda a situação e como é sabido o grande problema da Barragem é que há que retirar uma enorme deposição de matéria orgânica no seu leito, que lá está a depositar-se há mais de trinta anos. É também do conhecimento geral que foi feito um tratamento o ano passado com um produto que permitiu melhorar a água e não se verificou a morte de peixes e este ano voltou-se a repetir o tratamento de modo a atenuar o problema de eutrofização, acompanhado da injeção de água limpa na albufeira, proveniente de um furo artesiano. Quanto ao Jardim Municipal, pensa que é um tema recorrente, e informou que a obra esteve parada numa área restrita devido ao aparecimento de ossadas, já que parte do jardim foi em tempos um cemitério e teve de haver um acompanhamento arqueológico e antropológico e procedeu-se a um levantamento da cota do edifício que vai servir de apoio ao espaço ajardinado. Em relação aos Legados, referiu que já foi assumido há uns tempos atrás que com este Executivo CDU, nada desapareceu, houve um conjunto de pequenas alterações aos Legados, ao longo do tempo, que não ocorreram durante o tempo em que a CDU tem estado aqui em maioria e isso foi informado e houve até pareceres jurídicos e deixou ao Sr. Vereador João Arraiolos a possibilidade de elucidar melhor o Sr. Deputado. Quanto

à APP do município, referiu que ela foi apresentada recentemente aqui neste Auditório, e que a mesma foi um trabalho conjunto de vários municípios da CIMLT e foi disponibilizada a cada município a possibilidade de o adaptar a APP à realidade de cada um. Será mais um elemento de ligação entre o município e a comunidade e uma ferramenta de recolha e divulgação de informação dos vários eventos que vão ocorrendo no nosso concelho. -----

----- Quanto à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Margarida do Céu referiu que a instalação de uma bomba de combustível obedece a um conjunto de procedimentos e a alguns pareceres e no caso do Município eles não são vinculativos e como vem acontecendo por todo o país cada vez mais os supermercados e hipermercados possuem esta vertente da venda de combustíveis e foi nesse sentido que o Sr. Presidente da Câmara esteve reunido com o gerente do Intermarché de Alpiarça, na qual foram colocadas todas essas reservas da proximidade de um outro posto e até do eventual excesso de postos que já se verifica em Alpiarça. A resposta do Intermarché é que a abertura do posto obedece a uma estratégia de desenvolvimento da loja de Alpiarça e a sua não abertura poria em causa até o futuro da mesma. Portanto a Câmara fez a sua parte e depois houve outras entidades que licenciaram a obra. -----

----- Quanto à disponibilidade de leite achocolatado nos lanches das crianças do pré-escolar, disse não estar completamente a par, supondo que o leite escolar tem muito menos açúcar e chocolate que o leite comercial, e que o Município de Alpiarça é pioneiro juntamente com o Município de Santarém de um projeto de introdução de alimentação mais saudável, numa parceria que envolve várias entidades, nas quais se incluem os agrupamentos de escolas. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos no uso da palavra e em relação aos Legados, opinou que esta questão do Legado Eng.<sup>o</sup> Álvaro da Silva Simões, já parece uma novela, que é um assunto recorrente e que é obrigado a chegar à conclusão que não vale a pena entregar documentação do que quer que seja, porque tanto faz entregarmos toda a documentação como não entregar, que é exatamente a mesma coisa como se não se tivesse entregue nada, porque o que interessa é baralhar a cabeça das pessoas. Uma coisa é certa, é concreta e é evidente, quando a CDU tomou posse na Câmara Municipal de Alpiarça, o Legado Eng.<sup>o</sup> Álvaro da Silva Simões, tinha apenas duas propriedades, a Cardeira de Cima e a Cardeira de Baixo. A propriedade do Vale da Cigana já não fazia

parte porque fez parte duma permuta com a AgroAlpiarça, mas o Município de Alpiarça não afetou nenhum património ao legado. Hoje esse Legado tem para além das Cardeiras, também os Alqueves na Quinta de S. João, atribuídas nesta Assembleia Municipal. Afirmou que durante este período não foi permutado ou vendido um centímetro quadrado de qualquer legado. Quanto aos apartamentos em Santo António dos Cavaleiros, Póvoa de Santo Adrião, eram do Legado Manuel Nunes Ferreira e não do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões. É uma história antiga, com mais de vinte anos e continua sem perceber porque se continuam a misturar as coisas. A venda desses apartamentos reverteu para a ajuda da obra de reconstrução e remodelação do Lar da Fundação José Relvas até 1997, e já foi explicado em vários locais, várias vezes, inclusivamente na Assembleia de Contribuintes da Fundação José Relvas. Recordou que se recuarmos no tempo, os prédios que eram do Legado Manuel Nunes Ferreira, em 1940, já não são os mesmos que existem hoje, porque entretanto houve vendas e permutas e não vamos atribuir culpas a ninguém. Mas em relação a estes prédios de Santo António dos Cavaleiros, continua a ser um assunto, que tem mais de vinte anos e que é trazido constantemente à discussão política, mas que pode ser esmiuçado, se assim o entenderem. Quanto à Av.ª de Berna, há um prédio que precisa de uma intervenção avultada, que tem alguns apartamentos arrendados, essencialmente nos pisos de cima e que temos tentado arranjar uma solução para a recuperação total do prédio, mas que é uma solução que tem de ser feita em articulação com a Fundação Relvas. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Jorge informou que foi recebido hoje na Câmara um Auto de Ocorrência, sobre uma denúncia que foi feita junto da GNR de Alpiarça sobre as descargas na Barragem efetuadas no dia 4 de Abril de 2017. Para conhecimento de toda a Assembleia e presentes, o Sr. Vereador passou a ler o teor do documento que dizia o seguinte: “Descrição dos factos e informações complementares - Para os devidos efeitos, leva o signatário a conhecimento de V.Exas dos seguintes factos: que no dia 4 de Abril de 2017, pelas 13H50, após denúncia apresentada no Posto de Alpiarça e posterior contacto telefónico com esta equipa sobre uma descarga de águas na Barragem dos Patudos, situada em Alpiarça, este NPA deslocou-se ao local, onde constatou que teria havido uma descarga de águas da ETA, pouco visível à chegada desta patrulha, pertencente às Águas do Ribatejo. O denunciante informou que à sua chegada estava a correr água,

proveniente de um cano da referida ETA, com uma cor escura e avermelhada, o mesmo foi informado que aquela situação já era recorrente e que em 7 de Janeiro de 2014 este NPA elaborou um ofício com informações recolhidas e enviadas para análise, para a Agência Portuguesa do Ambiente que se encontravam todas dentro dos limites legais, mas que iria ser elaborado auto de ocorrência a relatar a situação para informar as entidades com responsabilidade nesta área do relato do denunciante. Em anexo seguem guias de gestão e tratamento de resíduos, bem como diagrama e processo de instrução da ETA de Alpiarça e últimas análises de água”. O Sr. Vereador informou que após a intervenção do SEPNA, eles elaboraram o auto e foi enviada toda a documentação inclusivamente faturas da recolha de lamas que tinham sido feitas precisamente na véspera, no dia 3 de Abril, assim como análises para a Agência Portuguesa do Ambiente, cujos dados estão todos dentro dos valores normais. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro pediu para fazer uma intervenção, ao que o Sr. Presidente da Assembleia informou que não era regulamentar, mas que a poderia fazer, desde que não fosse muito extensa. O Sr. Deputado relativamente à Barragem disse que já várias vezes este assunto das descargas foi aqui levantado quer em Reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal e a Mesa nunca informou em concreto o que se passava, o que revela falta de transparência neste processo. Independentemente disto, considerou que não é razoável que a Barragem que está com vários problemas continue a receber detritos de natureza diversa e não controlada de lavagem de filtros. Sobre a questão de uma eventual candidatura para fazer uma intervenção de fundo na Albufeira, o senhor Presidente da Câmara, mais uma vez mostrou que parece estar à espera que as coisas aconteçam. Finalizou, lamentando que não tenham sido dirigidos mais convites a outros elementos da família dos seus bisavós António Calarrão e Joaquina Cavaca, que foram homenageados no passado dia 25 de Abril pelo Município, no âmbito do Projeto “Ruas e Casas com história”, com a colocação de uma placa na sua antiga habitação, situada na Rua José António Simões (Vale do Rato). -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que este assunto das descargas da Barragem tem vindo aqui com total transparência. A Câmara tem um projeto estruturado chegou-se a pedir orçamentos, mas o processo não foi concluído porque só o será quando tivermos garantia de apoio pela entidade competente e que é o Governo, frisou que este problema da eutrofização não é um problema só da barragem de Alpiarça e que

acontece noutras partes do país, onde os autarcas também procuram apoios para os solucionarem. Quanto à lavagem dos filtros é a retirada do Arsénio e do Manganês, que estiveram durante vários anos em valores acima do recomendado para o consumo humano, mais exatamente a partir de 2006 quando houve uma alteração à legislação portuguesa e de acordo com as diretivas comunitárias. Isto aconteceu em Executivos anteriores, que pediram derrogações e autorizações para continuar com o abastecimento e nós CDU, quando aqui chegámos também tivemos de o fazer. Só com a construção da ETA pelas Águas do Ribatejo, foi possível começar a retirar estes dois minerais da água da rede e fazer baixar os níveis para valores que passaram a estar dentro dos limites legais. Acrescentou que estamos a falar de minerais que não têm qualquer interferência na eutrofização das águas. Quanto às lamas elas são transportadas em camião cisterna, por empresa certificada e vazadas em ETAR. Quanto ao não convite mais extensivo para a homenagem aos bisavós do Sr. Deputado, pode ter falhado alguma coisa, ter havido um lapso, mas alguns familiares foram convidados, mas a ideia do Executivo é ter nessas homenagens o maior número possível de pessoas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o presente período. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para destacar um evento que não está nesta informação porque aconteceu precisamente hoje e que tem a ver com a apresentação dos resultados do Programa de Promoção da Dieta Mediterrânica, uma iniciativa de Alpiarça e Santarém em articulação com a ARSLVT, envolvendo os agrupamentos das escolas José Relvas de Alpiarça, Sá da Bandeira e Ginestal Machado em Santarém. Esse programa visa promover e mudar os hábitos alimentares de milhares de crianças e jovens com a introdução da Dieta Mediterrânica, não só nas cantinas das escolas, mas igualmente nos lares dos alunos, daí que tenha envolvido técnicos, direções de agrupamentos, professores, psicólogos, nutricionistas, associações de pais e muitos pais e encarregados de educação. Os resultados apresentados são muito positivos e



envolveram cerca de 6.000 alunos, com alteração de ementas e a ideia é agora estender estas medidas a outros concelhos do Distrito e até do País. -----

----- O Sr. Presidente destacou também os vários eventos que ocorreram neste espaço de tempo que mediou entre as duas Assembleias Municipais e que constam desta informação escrita. Relativamente à situação financeira do Município, informou que à data de ontem o Município tem uma dívida global de 8.765.488 euros, que se traduzem numa redução de dívida de mais de 4,5 milhões de euros, ou seja 31% da dívida. -----

----- Não se registando qualquer intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído este ponto. -----

**Ponto 2 - Apreciação e votação da Dissolução com liquidação da Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, com partilha de todo o ativo e passivo. CIMLT. -----**

**Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para informar que esta SRU que era composta por 9 dos 11 municípios da CIMLT, foi extinta não por ter prestado um mau serviço, mas por força do Decreto-Lei 50/2012. Neste momento o trabalho que era executado pela SRU está a ser continuado pela própria CIMLT, que recebeu estas competências dadas pelas Assembleias Municipais e assumiu também os técnicos que faziam parte da empresa e que vão continuar a trabalhar na área da Reabilitação Urbana.

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo nove da bancada da CDU-(PCP/PEV), três da bancada do Partido Socialista (PS) e com três abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT). -----

**Ponto 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2016. Município de Alpiarça. -----**

**Intervenções:** -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro usou da palavra para criticar o modo como os documentos chegaram às bancadas, em formato digital, o que dificulta a análise da documentação. Considerou que o documento é todo muito técnico e constituído por variadas rubricas que fazem parte da Contabilidade Autárquica, pelo que se focou especialmente no Relatório e Contas do R.O.C. - Revisor Oficial de Contas. Disse estar particularmente preocupado com as dívidas de curto prazo da autarquia, que embora seja um valor que tem vindo a diminuir, é bastante pesado para a nossa autarquia, assim como o elevado valor das despesas correntes. Referindo-se à pagina 36 do mesmo

relatório, disse que existe um montante de dívida em excesso no valor de 1.633.510 euros e que gostava de saber porque é que nós estamos a ultrapassar os limites do endividamento, que nos condiciona a atividade em termos de futuros empréstimos e como pensam resolver essa situação. Disse fazer suas as críticas que o ROC faz às regras de controlo interno da autarquia, que são três páginas do relatório e que se repetem de ano para ano e não se notam nenhuma melhorias. Na página 43 do relatório, relativamente ao grau de execução da despesa, disse não perceber como há compromissos assumidos em 2016, de cerca de 12 milhões de euros, despesas pagas de cerca de 7 milhões e compromissos por pagar de apenas 1,8 milhões de euros. Referiu também que na mesma página se diz que a despesa subiu mais de 24%, tendo em conta o esforço que se diz que é feito na contenção da despesa. Depois na página seguinte há aumento de despesas com pessoal de cerca de 14%, quando o PSF obriga a uma redução anual de 3%. Mais abaixo relativamente aos passivos financeiros pagos há uma subida de mais de um milhão de euros, que não consegue perceber de onde vem. Terminou alegando que o R.O.C. diz que não existe equilíbrio orçamental existindo um défice de 533.302 euros. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago frisou que em relação à certificação legal de contas há um apontamento relevante, uma vez que já vem de anos anteriores e que diz respeito à obrigação da constituição de uma provisão de cerca de 900.000 euros, que deveria ter sido feita há pelo menos 4 anos e pergunta quando é que o Executivo pretende concretizar essa provisão. Em relação ao PSF e à alienação de património, disse que o Sr. Presidente da Câmara refere todos os anos que mais uma vez não foi possível cumprir a meta prevista e perguntou qual é o valor dessa meta e qual o património da Câmara que há para vender. Em relação à cobrança da Derrama refere que o valor foi de cerca de 100.000 euros em 2009 que representava 10% dos impostos diretos e que em 2016 essa percentagem foi de apenas 7%, o que revela a diminuição da atividade empresarial no concelho. Em relação à AgroAlpiarça o Sr. Deputado opinou que esta empresa já tem vindo em situação de falência técnica agravada desde há alguns anos para cá, que se tem vindo a diminuir e em 2016 tem capitais próprios negativos de 108.000 euros o que corresponde a um agravamento de cerca de menos 32.000 euros em relação a 2015, o ativo em 2015 era de 723.000 euros, baixou para 668.000 euros, tendo perguntado se existe algum plano de viabilidade económica da empresa. Depois

em relação às contas da Câmara de 2016, o Sr. Deputado referiu que há uma lista de devedores à autarquia, cujos nomes vai referir e se a Câmara pensa alguma vez receber as importâncias em dívida. João Miguel Lima Geada, deve rendas do Vale da Cigana de 2003 a 2005, no valor de 27.000 euros. A AgroAlpiarça deve há cerca de 20 anos, 108.000 euros. A Águas do Ribatejo deve 79.000 euros referente a resíduos sólidos. Há uma dívida do Almourol Bar Café no valor de 12.000 euros respeitante a rendas do Bar das Piscinas, cujo processo parece estar em tribunal. Em relação ao Trilhos do Sol, que é a empresa que está a explorar o Parque de Campismo, há uma dívida de 8000 euros, perguntou o que está combinado para recuperar esta dívida. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos em relação à primeira questão disse que efetivamente há um montante de dívida em excesso de cerca de 1.633.000 euros, mas que o município já teve um excesso de dívida de 5 milhões de euros, e que só em 2016, diminuiu o seu excesso em 45,54 %, ou seja diminuiu o seu excesso em 4,5 vezes mais do que aquilo a que estava obrigado, porque o que diz na alínea a) é que deve reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Na página referida pelo Sr. Deputado também é dito que a dívida baixou 12,34% num ano. Quanto à despesa ter disparado 24%, foi claramente inflacionada pelo pagamento dos passivos financeiros, no valor de quase dois milhões de euros em 2016, as despesas correntes subiram 7,94%, nas quais se incluem o aumento das despesas com pessoal. Porém nestas despesas com pessoal, há uma incorreção no relatório, no valor de 2015, pois as referidas despesas foram de 2.618.219 euros e não 2.382.595 euros, como aliás pode ser verificado nas contas de 2015, o que se traduziu num aumento de despesas com pessoal no valor de 99.490 euros e não de 335.114 euros, no que resulta um aumento de cerca de 3,8% e não de 14%, tendo esse aumento decorrido do aumento do salário mínimo nacional e na reposição de cortes salariais, por força da Lei. Quanto ao défice orçamental de 533 mil euros, ele é calculado pela diferença entre as despesas correntes e as receitas correntes, com a agravante de a amortização de empréstimos a médio e longo prazos terem de ser contabilizadas como despesas correntes e não como despesas de capital. O Sr. Vereador informou ainda que o município irá estar em défice orçamental por mais 2 a 3 anos, porque continua a fazer as amortizações de empréstimos a que está obrigado. Quanto às provisões foram criadas algumas provisões durante o ano de 2016, no entanto como já o disse noutras ocasiões, a criação de provisões influencia o resultado líquido do

próprio ano, o que não é muito significativo no município, porque nós não somos uma empresa, porque se o fossemos, seríamos uma empresa altamente rentável com fundos próprios de mais de 20 milhões de euros. Quanto ao não se ter atingido a meta da alienação de património, os valores foram calculados aquando da elaboração do PSF, com uma determinada perspetiva de mercado e neste momento dadas as contingências no sector do imobiliário, não tem sido possível alienar património. Quanto à AgroAlpiarça, na opinião do Sr. Vereador, tem sido uma empresa que está num período de estabilidade e que passou por uma situação de total estrangulamento do seu funcionamento, com constantes execuções fiscais, injunções e tudo o mais e que tem tido uma evolução positiva conseguindo cumprir e honrar os seus compromissos, e tem tido um comportamento positivo na afirmação do seu próprio produto e dentro em breve será lançado um vinho branco engarrafado de uma casta específica, que será mais um passo na afirmação da própria empresa e para a recuperação que tem vindo a ocorrer nos últimos anos. Quanto à lista de dívidas, confirma que há valores em dívida há muitos anos, numa altura em que quanto maiores fossem os valores a receber, maior era a capacidade de endividamento do município, o que hoje em dia já não conta. Tem havido algumas abordagens e existem ainda outros devedores com valores elevados e temos tentado regularizar essas situações. Quanto aos Trilhos do Sol, já houve uma dívida maior, mas a situação tem vindo a melhorar e a própria empresa tem mantido alguma regularidade nos pagamentos e tem cumprido com o que tem sido acordado. ----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia a possibilidade de interpelar o Sr. Vereador João Arraiolos numa questão que não lhe teria sido respondida, tendo-lhe sido concedida essa prerrogativa, ao que o Sr. Deputado perguntou se havia ou não um Plano de Recuperação Económica para a Agroalpiarça. ----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos, opinou que já tinha respondido a essa pergunta e que a AgroAlpiarça está estável, tem cumprido os seus compromissos e está numa situação financeira bastante melhor do que esteve há alguns anos atrás. -----

-----**Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria com nove votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), com quatro abstenções, sendo três da bancada do Partido Socialista (PS) e uma da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e dois votos contra da mesma bancada, dos senhores deputados Mário Santiago e Paulo Sardinheiro.

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira em declaração de voto disse ter-se absterido em virtude do documento ser bastante extenso e não ter tido oportunidade de o analisar como desejaria.-----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago em declaração de voto disse que votou contra porque, tal como referiu na sua intervenção, se a autarquia teve oportunidade de repercutir nas suas contas as reservas que foram alertadas pelo R.O.C há quatro anos, nada justifica que queiram ocultar esses custos, se não os reflete é porque tem alguma coisa a esconder, se tem algo a esconder não pode concordar com as contas. -----

#### -----INTERVALO-----

**Ponto 4 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento.** -----

#### ----- Intervenções: -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que deram entrada na Mesa três documentos, nomeadamente, uma Saudação ao 25 de Abril e uma Moção ao 1.º de Maio apresentadas pela bancada da CDU-(PCP/PEV) e um Voto de Pesar pelo falecimento do alpiarçense Fernando Loureiro Almeirante, apresentado pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- A Sr. Deputada Ana Paula Matias passou à apresentação e leitura da Saudação ao 25 de Abril. -----

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Garnel fez a apresentação e leitura da Moção ao 1.º de Maio. -----

----- A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho fez a apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento do alpiarçense Fernando Loureiro Almeirante. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia relativamente ao Voto de Pesar, e tendo sido colega e amigo muito próximo do falecido, no Grupo Coral e Grupo de Teatro da Asal, enalteceu a sua garra e dedicação a este último, afirmando que na última vez que visitou o Fernando Almeirante no Hospital de Santarém, o mesmo lhe teria pedido que nunca deixasse morrer o Grupo de Teatro e como tal, garantiu que tudo irá fazer para cumprir o desejo do seu falecido amigo. -----

----- **Votação do Ponto:** A Saudação ao 25 de Abril foi aprovada por unanimidade. A Moção ao 1.º de Maio, foi aprovada com nove votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), e seis abstenções das bancadas do Partido Socialista (PS) e do Todos Por

Alpiarça - (PPD/PSD-MPT). Em declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse ter-se absterido em virtude da moção ter uma conotação muito sindicalista e não mencionar a necessidade de haver equidade nos direitos entre trabalhadores do sector público e do sector privado, que a tendência é para desequilibrar os dois sectores, como é disso exemplo os diferentes horários de trabalho. O Voto de Pesar pela morte de Fernando Loureiro Almeirante foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 5** - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dezassete. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago manifestou-se contra a redação da ata no que toca às suas intervenções, alegando que logo no segundo parágrafo da página três, a ata está pobre e demasiado sucinta em relação ao que disse. Referiu que de facto mostrou vários gráficos, fez várias análises, fez várias comparações com outros municípios, demonstrou que a situação financeira de Alpiarça comparativamente com outros municípios era ruim e que por exemplo no que toca ao Investimento era o quarto pior município entre os 308 municípios do país e que nada disso aparece referido, mas que é referido em ata, um facto meramente acessório, de que o Sr. Deputado Mário Santiago teria sido interrompido pelo Sr. Presidente da Assembleia por alguns momentos, para advertir o Sr. Vereador Francisco Cunha que deveria parar com as filmagens na Assembleia, pois não estaria autorizado a fazê-lo. Na página quatro alegou que se passa exatamente a mesma coisa, que há um vazio de conteúdo e que apenas é referido em ata que o Sr. Deputado Mário Santiago, nesta segunda intervenção frisou que os indicadores económico financeiros relatados pelo Tribunal de Contas, são extremamente preocupantes e colocam Alpiarça nos piores concelhos do país e que isso deveria merecer uma profunda reflexão, mas que mais uma vez não são referidos os vários indicadores. Frisou que esteve cinco minutos a gastar o seu latim e afinal o essencial do que disse não consta em ata. Por último, na página oito está escrito que o Sr. Deputado Mário Santiago opinou que deveria ficar explícito na moção quem são os poluidores do Tejo, tendo o proponente aceitado a proposta, o Sr. Deputado alega que não foi nada disto que disse, mas sim que deveria ficar explícito na

moção todos os poluidores do Tejo e não apenas os referidos na moção, finalizou os seus reparos solicitando uma redação mais completa das suas intervenções. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia em resposta ao Sr. Deputado Mário Santiago informou que os membros da Assembleia Municipal são livres de criticarem a metodologia seguida na redação das atas e que se há passagens da ata que acham que estão demasiado sucintas ou que não estão de acordo com aquilo que se passou, devem apresentar propostas de correção que serão ou não tidas em conta e sujeitas a aprovação do plenário. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro opinou que a presente ata deveria ser retirada, as gravações novamente ouvidas e corrigidas as passagens que o Sr. Deputado Mário Santiago acha que não estão de acordo com aquilo que disse. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que a ata está elaborada de acordo com a metodologia que tem vindo a ser seguida e com as recomendações dadas ao funcionário, ou seja as atas devem refletir de forma sucinta o que de mais relevante se passar nas sessões. Mas se o Sr. Deputado Mário Santiago acha que a ata não está redigida de acordo com a sua intervenção então deve apresentar propostas de alteração. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago disse compreender e aceitar o que o Sr. Presidente diz em relação à necessidade do cumprimento da Lei e que as atas sejam sucintas, mas não pode é pedir aos deputados que venham munidos de propostas de correção de atas se as mesmas forem demasiado resumidas ou que o seu conteúdo seja contrário ao que se passou nas assembleias. Isso seria pedir aos membros da Assembleia Municipal que na prática fossem eles a redigirem as atas, quando nem sequer possuem a gravação das sessões. O que é lógico é que quem faz atas e possui as gravações, tenha a capacidade de pôr em ata o que é essencial e omitir o acessório e se isso não acontecer, o Sr. Presidente deve intervir e pugnar para que as atas sejam elaboradas nesse sentido, sugeriu a retirada da presente ata e a feita a sua correção, opinando que acrescentar o que falta, nem é assim tão moroso, porque então mais deputados teriam intervindo. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva relativamente à questão eventualmente alegada pelo Sr. Deputado Mário Santiago sobre a Moção dever conter todos os poluidores do Tejo, recorda-se dessa sugestão, mas também se recorda de ter dito que isso seria impossível, mas as palavras exatas, só ouvindo mesmo a gravação. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que o Sr. Deputado ainda possui outra alternativa que é em declaração de voto referir aquilo que em sua opinião seria a redação correta daquilo que disse. Essa declaração de voto é registada e apensa à ata. ---

----- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à votação da Assembleia a retirada da ata, no sentido de ser emendada e voltar a uma próxima Assembleia para ser votada. -----

----- A retirada da ata foi recusada com nove votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV), duas abstenções da bancada do Partido Socialista (PS) e quatro voto a favor sendo um da bancada do Partido Socialista (PS) e três da bancada do Todos Por Alpiarça - (PPD/PSD-MPT). -----

----- Em declaração de voto a Sr. Deputada Maria Gabriela Coutinho, disse que embora não tivesse estado presente na sessão a que a ata se refere, votou pela sua retirada para que fosse emendada, face ao que foi dito e pedido pelo seu colega de bancada Mário Santiago e uma vez que há gravações da sessão. -----

----- Em declaração de voto o Sr. Deputado Mário Santiago, disse que votou a favor do adiamento da votação desta ata, mas pasmado pela inflexão de carácter demonstrado pela bancada da CDU-(PCP/PEV), ao votar como votaram, mesmo sabendo que há coisas que disse que não estão nesta ata e há coisas que não disse e que também constam desta ata. Considerou isso incrível e que em sua opinião demonstra o carácter da CDU e demonstra a capacidade de branquear o lápis azul deste regime local. -----

----- Em declaração de voto a Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo disse que votou pela não retirada da ata, uma vez que não concorda que se vá incluir na ata os cerca de vinte minutos de intervenção do Sr. Deputado Mário Santiago e não apenas os cinco minutos que ele diz que interveio. Além disso se alega que há algo de errado quanto ao que é dito sobre os poluidores do Tejo, o Sr. Deputado tinha oportunidade de corrigir as divergências numa simples proposta de alteração. -----

----- O Sr. Deputado Júlio Pratas fez uma declaração em defesa da honra, frisando que apenas queria dizer ao Sr. Deputado Mário Santiago que não lhe reconhece autoridade moral para fazer apreciações ao carácter das outras pessoas e que olhasse para si e depois então não dissesse asneiras. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia frisou que o Sr. Deputado Mário Santiago fez declaração de voto, mas que não propôs qualquer alteração à ata, quando teria toda a facilidade em corrigir o que acha que está mal, pouco explícito ou omissos em ata. -----



----- **Votação do Ponto:** A ata foi aprovada com uma abstenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Margarida do Céu, da bancada do Partido Socialista (PS), dois votos contra dos Srs. Deputados Mário Santiago e Paulo Sardinheiro da bancada do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT) e oito votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV). -----

----- Em declaração de voto o Sr. Deputado Celestino Brasileiro, disse que esteve presente na sessão, obviamente, e que votou favoravelmente a ata porque no essencial tudo o que foi dito na sessão está exarado na mesma. -----

----- Em declaração de voto o Sr. Deputado Mário Santiago, disse que votou contra, considerando que a ata está desprovida de conteúdo relevante, que é o caso da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia a proibir o Sr. Vereador Francisco Cunha de filmar a Assembleia, contém factos deturpados daquilo que disse relativamente aos poluidores do Tejo e que está na página oito. Já em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Júlio Pratas, disse que também não reconhece autoridade moral a pessoas que defendem o que se escreveu no livro “A Superioridade Moral dos Comunistas”, portanto o não reconhecimento de autoridade moral é recíproca. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu por concluída a Ordem do Dia. -----

## ----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao segundo período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados, tenso-se inscrito o munícipe Sr. Henrique Arraiolos. -----

----- O Sr. Munícipe iniciou a sua intervenção criticando o estado deplorável em que se encontra a entrada do Parque Municipal de Campismo. Congratulou-se com a justa Homenagem que aqui hoje foi aprovada por unanimidade e que deve orgulhar qualquer amigo e os familiares do falecido Sr. Fernando Almeirante. Por outro lado o falecido não sai dignificado por aquilo que tem sido dito e escrito na blogosfera e redes sociais pelo Sr. Eduardo Costa, que são suspeições muito graves, de que as águas de Alpiarça que nós consumimos, estarão relacionadas com a causa da doença que vitimou Fernando Almeirante. O munícipe quis saber se as Águas do Ribatejo ou a Câmara de Alpiarça sendo parte integrante das Águas do Ribatejo, vão ou não fazer alguma coisa, sobre estas suspeições lançadas pelo Sr. Eduardo Costa e que podem causar alarmismo social. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta à primeira questão colocada pelo munícipe informou que por um lado o concessionário do Parque de Campismo tem tido

algumas dificuldades em cumprir alguns dos requisitos do caderno de encargos da concessão, por outro lado, e por sua opção o concessionário mantém o Parque de Campismo com um determinado aspeto que deriva de uma opção de captar através de algumas das ofertas do Parque, um conjunto específico de utentes. Disse já terem reunido com o concessionário, a questão foi-lhe colocada, não alterou ou alterou muito pouco o aspeto da entrada e vamos necessariamente de ter de insistir no sentido de ter de ser cumprido o caderno de encargos que foi a concurso e numa primeira fase alterar alguns dos aspetos referidos pelo munícipe. -----

----- Quanto ao facto do que tem sido escrito por determinado munícipe sobre a qualidade das águas de Alpiarça e a suspeição de que as mesmas estarão eventualmente relacionadas com certo tipo de doenças do foro oncológico, o Sr. Presidente da Câmara disse que tem evitado de reagir a essa pessoa porque acha que ela se descredibiliza a ela própria, porque se contradiz e porque revela obsessões absurdas, mas está no seu direito de usar as redes sociais e de emitir as suas opiniões pessoais. Quanto à questão da qualidade da água de Alpiarça, considerou que é uma água de excelente qualidade, que obedece praticamente a todos os parâmetros de qualidade e que é neste momento a melhor água que alguma vez se bebeu em Alpiarça, até porque desde 2013 cumpre os parâmetros legais sobre a quantidade de arsénio permitido. Relativamente às suspeições da eventual ligação da água de Alpiarça com o aparecimento de determinadas doenças oncológicas, pode sempre alertar-se as Águas do Ribatejo para essa situação, no sentido da mesma tomar as providências que achar necessárias. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e quinze minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Presidente \_\_\_\_\_

----- 1º Secretário \_\_\_\_\_

----- 2º Secretário \_\_\_\_\_